

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Geografia: espaço, ambiente e sociedade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia: espaço, ambiente e sociedade 2 / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-785-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.854211412>

1. Geografia. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra: “**Geografia: Espaço, ambiente e sociedade 2**”, apresenta pesquisas que se debruçam sobre a compreensão do espaço, por meio das ações das distintas sociedades, que resultam da síntese relacional entre a natureza e a ação humana. Nesse sentido, historicamente em diferentes lugares os grupos humanos desenvolveram técnicas cada vez mais avançadas para garantir não só as necessidades de suas populações, mas também o seu poder e domínio sobre o território. Dessa forma, tais técnicas tornaram-se realmente complexas, mas sem deixarem de lado a premissa mais básica desde o surgimento dos primeiros agrupamentos: a necessidade de utilização e transformação da natureza. Como consequência, ocasionou impactos negativos sobre o espaço geográfico, que podem ser percebidos em distintas escalas.

Partindo desse entendimento, o livro composto por dezesseis capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, de distintos pesquisadores de diferentes instituições e regiões brasileiras e uma de Moçambique, apresenta pesquisas que interrelacionam ações humanas sobre o espaço e destacam a centralidade das relações de poder na constituição social. Entre os temas abordados, predominam análises de integração e porosidade territorial, patrimônio arqueológico, avaliação e utilização de resíduos sólidos, gênero e comunidades tradicionais, educação ambiental, saneamento básico, conurbação urbana, clima, entre outros.

Para mais, destacamos a importância da socialização dos temas apresentados, como forma de visibilizar os estudos realizados sob dissemelhantes perspectivas. Nesse sentido, a Editora Atena, se configura como uma instituição que possibilita a divulgação científica de forma qualificada e segura.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A IMPORTÂNCIA DO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO PARA DIMINUIR AS PERDAS DE ÁGUA NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO

Ricardo dos Santos Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114121>

CAPÍTULO 2..... 13

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE EQUAÇÕES DE FATOR DE SEGURANÇA

Felipe Costa Abreu Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114122>

CAPÍTULO 3..... 21

AVALIAÇÃO DA UMIDADE RELATIVA DO AR NO PERFIL TOPOCLIMÁTICO DO PICO DA BANDEIRA, MINAS GERAIS

Emerson Galvani

Thais Bassos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114123>

CAPÍTULO 4..... 37

CLASSIFICAÇÃO DE ANOS PADRÃO DE PLUVIOSIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA-SP

Ivan Vasconcelos de Almeida Sá

Edelci Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114124>

CAPÍTULO 5..... 50

CONTRACARTOGRAFANDO JUNTO A COMUNIDADES TRADICIONAIS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Ícaro Cardoso Maia

Alcindo José de Sá

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114125>

CAPÍTULO 6..... 60

EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA – O CASO DE UMA ESCOLA RURAL, NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE

Jorginaldo Calazans dos Santos

Flaviano Oliveira Fonseca

Antenor Santos do Carmo

Thamires Cristina de Oliveira Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114126>

CAPÍTULO 7..... 69

ESTRATÉGIAS DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS PARA A CONTRIBUIÇÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE TERRA E NA MELHORIA DA QUALIDADE DO AMBIENTE, NO

DISTRITO DE MUANZA: CASO DE ESTUDO NA SEDE DISTRITAL, ENTRE 2014 a 2019
– MOÇAMBIQUE

Maria Albertina Lopes da Silva Barbito

Abel Armando Nhacuirima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114127>

CAPÍTULO 8..... 80

O MOVIMENTO INTERESTADUAL DE MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO
BABAÇU: DESAFIOS E LUTAS PELO ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS DO
TERRITÓRIO

Gilson de Araújo Silva

Talita Maria Machado Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114128>

CAPÍTULO 9..... 89

RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL: ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS
PARA O ENCAMINHAMENTO DO RESÍDUO CLASSE A NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ
– SP

Romária Pinheiro da Silva

Jumara Soares das Chagas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8542114129>

CAPÍTULO 10..... 102

OS BRINQUEDOS ARTESANAIS DE MIRITI CONFECCIONADOS NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA: A PRODUÇÃO NO PARÁ

Jumára Soares das Chagas

Simey Thury Vieira Fisch

Romária Pinheiro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141210>

CAPÍTULO 11..... 122

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES: EVIDÊNCIA
DA OCUPAÇÃO HUMANA PRÉ-COLONIAL NO EXTREMO SUL DE SANTA CATARINA

Carolina Porto Luiz

Geovan Martins Guimarães

Juliano Bitencourt Campos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141211>

CAPÍTULO 12..... 135

POROSIDADE TERRITORIAL E ESTADO: A CONCEPÇÃO DE FRONTEIRA NA
PERSPECTIVA DA POLÍTICA HAITAINA

Guerby Sainte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141212>

CAPÍTULO 13..... 148

RODOVIA/AVENIDA DR. LAMARTINE PINTO DE AVELAR NA CIDADE DE CATALÃO

(GO): USO DO SOLO URBANO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS CALÇADAS

Ainglys Cândido Pinheiro

Randolpho Natil de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141213>

CAPÍTULO 14..... 158

A AUSÊNCIA DE INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E A DETERIORAÇÃO OPERACIONAL DO MODELO DE BRT NO RIO DE JANEIRO: O CASO DA LINHA TRANSCARIOCA

André Luiz Bezerra da Silva

Mauro Kleiman

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141214>

CAPÍTULO 15..... 165

ILHAS DE FRESCOR URBANO: ESTUDO DE CASO EM PORTO ALEGRE – RS

Lizia De Moraes De Zorzi

Mino Viana Sorribas

André Luiz Lopes da Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141215>

CAPÍTULO 16..... 175

O PANTANAL ARAGUAIANO

Paulo Roberto Martini

Valdete Duarte

Egídio Arai

Luaê Andere

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85421141216>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 184

ÍNDICE REMISSIVO..... 185

CAPÍTULO 8

O MOVIMENTO INTERESTADUAL DE MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU: DESAFIOS E LUTAS PELO ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS DO TERRITÓRIO

Data de aceite: 01/12/2021

Gilson de Araújo Silva

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT
Araguaína - TO
<http://lattes.cnpq.br/0148686842272684>

Talita Maria Machado Freitas

Disciplina de Movimentos Sociais, Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT
Araguaína - TO
<http://lattes.cnpq.br/2384152149810316>

RESUMO: O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) é um movimento ligado às comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu, com atuação em quatro Estados: Tocantins, Maranhão, Piauí e Pará. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar quais os desafios e lutas das mulheres quebradeiras ao acesso dos recursos naturais, identificando o papel do MIQCB neste processo, bem como sua importância para a produção de alimentos, geração de renda e conservação. As quebradeiras enfrentam dupla jornada de trabalho, em casa e na produção, muitas vezes são negados acessos ao coco babaçu, além da não valorização do trabalho e da produção, principalmente pelo poder público.

PALAVRAS-CHAVE: Conservação da

biodiversidade; comunidades tradicionais; Movimento Social.

THE INTERSTATE MOVEMENT OF WOMEN BREAKERS COCONUT BABAÇU: CHALLENGES AND STRUGGLES FOR ACCESS TO THE TERRITORY'S NATURAL RESOURCES

ABSTRACT: The Interstate Movement of Babaçu Coconut Breakers (MIQCB) is a movement linked to the traditional communities of babaçu coconut breakers, operating in four states: Tocantins, Maranhão, Piauí and Pará. struggles of women breakers to access natural resources, identifying the role of MIQCB in this process, as well as its importance for food production, income generation and conservation. The women breakers face double work shifts, at home and in production, are often denied access to the babassu coconut, in addition to the lack of value for work and production, mainly by the public authorities.

KEYWORDS: Biodiversity conservation; traditional communities; Social movement.

1 | INTRODUÇÃO

Parte da diversidade da região Norte do Brasil é atribuída a existência de inúmeras comunidades tradicionais, entre as quais estão incluídas as extrativistas, as ribeirinhas, as indígenas e as quilombolas, que manejam a vegetação e acumulam conhecimentos e saberes. Entre as extrativistas destacam-se as quebradeiras de coco babaçu dada sua

importância histórica, ambiental, econômica, social, política e cultural. A extração deste coco, hoje, representa a principal fonte de renda de mais de 300.000 mil famílias na região dos babaçuais (MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS, 2015).

De acordo com Pacheco (2009) as mulheres do campo representam cerca de 1,25 milhões no mundo, cujo conhecimentos e trabalhos são fundamentais para a manutenção dos sistemas alimentares, principalmente em países em desenvolvimento e na América Latina e Caribe, as mulheres são responsáveis por 45% da produção de alimentos, apesar disso, compõem a maior parte de pessoas que vivem na linha de pobreza e sujeitas a insegurança alimentar. No Brasil, as mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural.

Assim, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) assume papel estratégico na luta e desafios das mulheres por acesso aos recursos naturais do território. O MIQCB atua há 25 (vinte e cinco) anos no processo de fortalecimento/ criação das organizações coletivas da agricultura familiar, produção de alimentos, geração de renda e conservação ambiental, assumindo o papel de ‘guardiães da floresta’, disponibilizando e armazenando sementes crioulas, rizomas, tubérculos e conservando espécies vegetais do Cerrado que aos poucos desaparecem da paisagem do bioma, devido à escalada de expansão do agronegócio, principalmente na região onde está inserido o projeto MATOPIBA¹ (ANTUNES, 2006).

As “guardiães da floresta”, como as mulheres ficaram conhecidas, atuam nas lutas encampadas pelo MIQCB, na defesa e proteção dos babaçuais, palmeira típica do Cerrado e de áreas de transição amazônica, que se adapta em condições adversas, regenerando solo, água, biodiversidade e ar. Sua exploração pelas quebradeiras de coco é de base agroecológica, porém os babaçuais vêm sofrendo ação predatória do poder político e econômico da pecuária, dos madeireiros, da mineração, da sojicultura, da biopirataria e dos especuladores da terra (ANTUNES, 2006).

Ressalta-se a importância da força e do desejo das mulheres quebradeiras em conquistar seus direitos e o reconhecimento do seu trabalho, pois seu modo de vida está intrinsecamente ligado ao babaçu e aos vários produtos que podem ser extraídos desta palmeira. Este movimento social criado pelas mulheres da região ecológica dos babaçuais, chamado Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu emerge como uma organização que representa os interesses sociais, políticos e econômicos deste grupo, dando a estas mulheres a possibilidade de serem vistas e reconhecidas, além da produção de alimentos e preservação do bioma Cerrado (MIQCB, 2020).

Diante do contexto, o objetivo deste artigo foi historicizar o papel do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu no processo de luta das mulheres quebradeiras, apresentando um levantamento dos desafios destas comunidades para

1 A região do Matopiba (nome formado do acrônimo das iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) compreende uma porção do território estrategicamente estudada para expansão das atividades agrárias do Brasil.

acessar esse recurso natural, além de discutir a importância deste recurso extrativista para a produção de alimentos, geração de renda e conservação do Cerrado.

Para tanto, o delineamento utilizado neste estudo foi a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, na qual foram incluídos os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, e documental em sites oficiais, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), O conjunto das informações foram analisados em conjunto afim de compreender o processo de lutas e desafios das mulheres quebradeiras e o processo de construção do movimento social.

O texto apresenta, após uma breve introdução, dois subtópicos, sendo abordado no primeiro uma contextualização sobre o processo de criação do MIQCB, destacando seu campo de atuação e contribuição ao trabalho das quebradeiras de coco babaçu; e no segundo os principais desafios vivenciados pelas mulheres do MIQCB no que tange ao acesso aos recursos naturais do território, sobretudo a expropriação e a violência enfrentada pelas mulheres. Dentro dos tópicos também são destacados, além da diversidade de produção de alimentos do coco babaçu, as estratégias das mulheres para a conservação do Cerrado e conquista de autonomia.

21 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

Segundo Almeida (1995), Shiraishi Neto (2005) e Barbosa (2007), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu teve início nos últimos anos da década de 1980 após diversos conflitos em terras maranhenses, mais precisamente na região conhecida como Médio Mearim. Os autores explicam que o estopim para os diversos conflitos pela posse de terras se deu com a aprovação da Lei n. 2.979/17, de 17 de julho de 1969, conhecida como “Lei Sarney de Terra”. Essa lei dava respaldo legal à privatização das terras públicas do Estado do Maranhão e incentivava os projetos agropecuários e agroindustriais, limitando o acesso das famílias rurais a áreas de babaçuais.

O contexto da busca pela igualdade de gênero no campo também se atrela à origem do MIQCB, como descreve Logan (2012) e Barbosa (2007), visto que muitas mulheres já participavam de grupos organizados pela Igreja Católica, como os clubes de mães, os grupos de jovens, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os grupos de trabalhos organizados, como é o caso das quebradeiras que saíam em grupos informais para realizarem o trabalho da quebra do coco babaçu dentro das matas de babaçuais, criando, inicialmente, a Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (AMQCB), sendo denominado oficialmente, a partir de 1995, como Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), nessa época com 250 participantes. Atualmente, O MIQCB se organiza em quatro estados da federação, dois da região Nordeste: Maranhão e Piauí; e dois da região Norte: Pará e Tocantins (Figura 1).

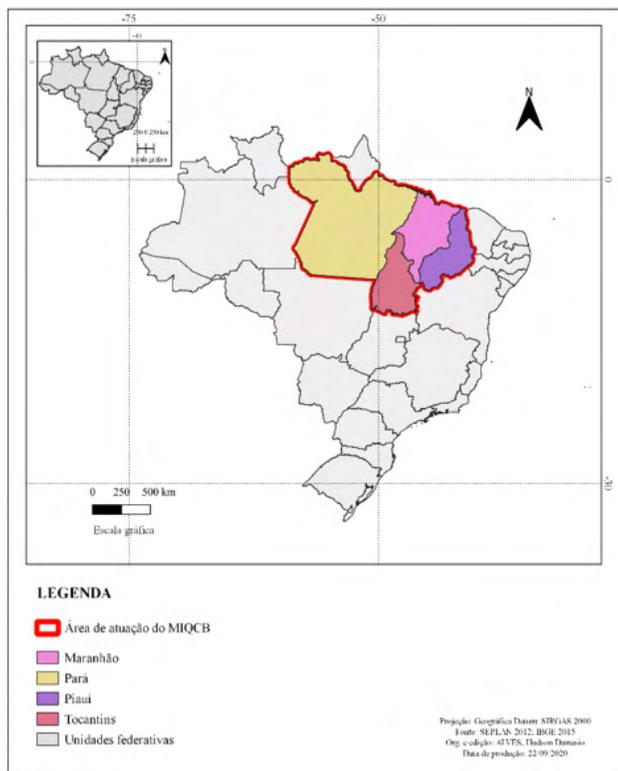


Figura 1. Estados brasileiros com atuação do MIQCB

Fonte: Alves, H. D. (2020). Organização: os autores.

Portanto, as mulheres quebradeiras desses estados têm forte articulação política e atuam em conjunto por meio do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), como forma de darem visibilidade ao seu trabalho de produção de alimentos e oportunizar renda e trabalho.

De acordo com Zylbersztajn et al. (2000), o extrativismo do babaçu envolve a coleta e a quebra do coco babaçu e a venda das amêndoas. A relação com o mercado desenvolve também a produção de carvão com a queima da casca e a extração do mesocarpo (parte do fruto da qual se obtém uma farinha usada para mingaus, bolos e remédios caseiros) para fins comerciais.

Produz-se também o óleo que pode ser utilizado na fabricação de cosméticos e limpeza, como a produção de sabões, sabonetes, batons, e vários outros produtos de beleza e higiene. É também utilizado, em pequena escala, na indústria de refinamento de óleos de cozinha e produção de margarinas. O extrativismo do babaçu está diretamente ligado ao uso doméstico de vários outros subprodutos como a palha e os talos usados nas construções e coberturas de casas nos povoados rurais e no uso culinário - produção de

azeite e leite para temperar a comida. Adicionalmente, há também o uso agroecológico do estrumo da palmeira para canteiros, a produção do biodiesel (ZYLBERSZTAJN et al., 2000).

Da renda obtida do extrativismo do coco babaçu, segundo Swerts (2009), as coletadoras costumam comprar alimentos e demais bens de consumo, porém há casos de exploração quando negociam com intermediários a venda dos produtos oriundos do coco babaçu, devido ao oferecimento de baixos preços. Outro fator que contribui para a desvalorização da mão de obra dessas mulheres, segundo a autora, é a troca por produtos nos estabelecimentos locais.

De acordo com Mesquita (2000), a criação das cooperativas representou um grande avanço para a comercialização dos produtos oriundo do coco babaçu, o que possibilitou o contato direto com os comércios, facilitando a comercialização e o fechamento de contratos, além de possibilitar o acesso aos mercados institucionais. Esses fatores agregaram valor e aumentou a capitação dos recursos pelas quebradeiras de coco babaçu.

O conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão relacionados à renda e à posse é descrito por Junqueira e Trez (2005) como capital social de um grupo ligados pelo elemento básico de sustentação, sendo elemento básico da democracia e da cidadania, promovendo o desenvolvimento da comunidade. Nesse contexto, o capital social e a cultura são formados a partir das pessoas, das famílias e dos grupos, reforçando os conceitos de cooperação, confiança, identidade, comunidade e amizade, elementos importantes para a unicidade do MIQCB, corroboram para o impoderamento dessas mulheres. Porém, mesmo imponderadas elas, às vezes, convivem com as ameaças de morte demandadas pela luta contra as restrições impostas pelos donos das terras onde se encontram as palmeiras do coco babaçu, esse fatores expõem essas comunidades tradicionais aos riscos sociais (HOGAN; MARANDOLA 2006).

3 | CONFLITOS E DIFICULDADES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS DO TERRITÓRIO

Uma definição de comunidades tradicionais pode ser encontrada no Decreto nº. 6.040/2007 (BRASIL, 2007) que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, onde descreve que:

Art. 3º: Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

De acordo com Brasil (1988), os direitos fundamentais destes povos são ditados na Constituição Federal de 1988, assim conforme afirma o artigo 215, o “Estado garantirá a

todos o pleno exercício dos direitos culturais”. E, além de garantir aos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira no artigo 216, II seus “modos de criar, fazer e viver”. A mesma fonte cita o artigo 225, onde expressa “Que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Muitos conflitos relacionados aos direitos das quebradeiras de coco babaçu versus posseiros das terras ocorreram, como na Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins, onde, em 1986, a tragédia do assassinato do Padre Josimo trouxe visibilidade à causa, levando várias mulheres a denunciarem o ocorrido e as ameaças vivenciadas por elas (SILVA, 2000). O missionário foi uma referência nos trabalhos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que começou a atuar na mediação dos conflitos, apoiando as comunidades fragilizadas. Esta região é reconhecida pelos violentos conflitos de posse de terras entre trabalhadores rurais – migrantes nordestinos - que se estabeleceram em terras devolutas nos anos 50, e fazendeiros investidores que eram recém chegados do Centro-Sul, entre as décadas de 70-80, motivados pelos incentivos fiscais dados pelo governo na área (SOUSA; SILVA, 2017).

Nesse panorama, Silva (2000) menciona umas das representantes e porta voz dessas mulheres, Dona Raimunda Gomes da Silva que, além de ser conhecida por seu desempenho e luta frente às quebradeiras de coco babaçu, também traz seu conhecimento e contribuição em músicas e poemas, no qual denuncia sua realidade sofrida. Dona Raimunda foi uma das precursoras do MIQCB na região do Bico do Papagaio, além de ser uma porta voz na luta das mulheres pelo acesso à terra, a água e aos recursos naturais do território.

Na comunidade de Sete Barracas, localizada em São Miguel do Tocantins, a Dona Raimunda, quebradeira de coco de babaçu é reconhecida pelos seus moradores e também internacionalmente pelo seu trabalho em favor das causas das mulheres quebradeiras, da educação para as crianças e dos extrativistas da região do Bico do Papagaio, além de ter contribuído para a fundação da Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP), a qual também presidiu. Contribuiu também de forma veemente para a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) e da Secretaria da Mulher Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), da qual foi titular por dez anos.

No busca por esses direitos, como descreve Swerts (2009), a aprovação da Lei do Babaçu Livre em 1997 no município do Lago do Junco, no Maranhão, representou uma grande conquista, garantindo às quebradeiras de coco babaçu o direito ao acesso livre às terras onde estão os babaçuais e impondo restrições à derrubada das palmeiras, além da queima do babaçu bruto para obtenção do carvão. Logo também, outros municípios do Maranhão, Pará e Tocantins aprovaram leis na mesma direção. O Tocantins foi o Estado

pioneiro, em aprovar a Lei do Babaçu Livre, em 2008, estabelecendo normas para o manejo e multas para quem não respeita a legislação (OLIVEIRA, 2008).

Apesar das conquistas relacionadas ao movimento social MIQCB, à Lei do Babaçu Livre e a visibilidade adquiridas nos últimos anos, a comercialização dos produtos brutos extraídos do coco pela quebradeiras e associações ainda enfrenta desafios. Swerts (2009) descreve que extensas terras com as palmeiras foram arrendadas por empresas que usam o carvão como combustível. Esse negócio prejudicou as comunidades tradicionais, pois os donos das terras negociaram diretamente com as empresas que visavam queimar o coco inteiro, não dando a oportunidade às quebradeiras de extraírem as amêndoas, impondo também restrições para as coletadoras nessas terras.

Há também dificuldades para a negociação, em decorrência da burocracia para a formação de associações e de uma empresa com CNPJ, cuja finalidade seja a venda direta, sem atravessador, considerando que as quebradeiras de coco ainda têm pouca instrução e muitas vezes falta recursos financeiros, além de precisarem irem para a cidade. Esses fatores dificultam a comercialização dos produtos do coco babaçu (SWERT 2009).

4 | CONCLUSÃO

O processo de criação do MIQBC foi fundamental para a luta das mulheres da Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, além de fortalecimento nos coletivos para enfrentamento da produção e posteriormente comercialização. Atualmente, o movimento em tela atua em quatro estados brasileiros: Tocantins, Maranhão, Piauí e Para, onde mais de 300.000 famílias sobrevivem graças ao coco babaçu, muitas dessas famílias são lideradas por mulheres.

Porém, as quebradeira de coco, enfrentarem e enfrentam muita violência, negação ao acesso do babaçu, uma vez que os grandes proprietários, não deixam/autorizam a coleta do coco em suas propriedades, sem falar das grandes empresas, que contratam coletores de coco, deixando muitas quebradeiras da região sem a matéria prima.

Para mudar esse processo, é necessário o fortalecimento das movimentos sociais, a organização das quebradeiras em coletivos de mulheres, além de políticas públicas específicas para o setor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização. III Encontro Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. São Luís, 1995.

ANTUNES, Marta. **As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento.** In: _____. NEAD Especial. Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Ellen F. Woortmann, Renata Menache, Beatriz Heredia (organizadoras). Brasília: MDA, 2006.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 07 set. 2020.

HOGAN, Daniel e MARANDOLA JR., Eduardo. Para uma Concepção Interdisciplinar da Vulnerabilidade. In: CUNHA, José Marcos (Org.). *Novas Metrôpoles Brasileiras*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO/Unicamp, 2006. p. 23-50.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; TREZ, Alberto Paschoal. **Capital social e a sobrevivência das cooperativas de trabalho**. *RAP*, mar./abr. Rio de Janeiro, 2005.

LOGAN, Robert K. **Que é informação?: A propagação da informação na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera**. Tradução de Adriana Braga. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

MATOS, Francinaldo; SHIRAIISHI, Joaquim; RAMOS, Vitória. **Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeira de coco babaçu**. 2015. Disponível em: http://actionaid.org.br/wpcontent/files_mf/1493418575quebradeiras_actionaid_port_rev1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

MESQUITA, Benjamim A. **As relações de produção e o extrativismo do babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins**. In: ALMEIDA, Alfredo W.B.; SHIRAIISHI, Joaquim. N.; MESQUITA, Benjamim A. (Org.). *Economia do babaçu: Levantamento Preliminar de dados*. São Luiz: MIQCB/Balaios Typhografia, 2000, p.65-112.

MIQCB. Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu. **Sobre nós [o movimento]**. Disponível em: <https://www.miqcb.org/sobre-nos>. Acesso em: 16 set. 2020.

OLIVEIRA, José A. **Tocantins aprova Lei do Babaçu Livre**. *Ambiente Brasil*, 2008. Disponível em: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2008/08/18/40101-tocantins-aprova-lei-do-babacu-livre.html>. Acesso em: 15 out. 2020.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 4-9, 2009.

SILVA, Miguel H.P. .A organização agroextrativista: **Experiências de cooperativas em Viana, Lago do Junco (MA) e São Miguel do Tocantins (TO)**. In: ALMEIDA, Alfredo W.B.; SHIRAIISHI, Joaquim N.; MESQUITA, Benjamim A. (Org.) *Economia do babaçu; levantamento preliminar de dados*. São Luiz: MIQCB/Balaios Typhografia, 2000, p.215-250.

SOUSA, V. N. G.; SILVA, E. **As Quebradeiras de Coco Babaçu da Microrregião Do Bico do Papagaio do Extremo Norte Tocantinense**. *Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO)*, v. 6, n. 11, 2017.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **“Crise” nos padrões jurídicos tradicionais: o direito em face dos grupos sociais portadores de identidade coletiva**. Anais. XIV CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO. Fortaleza, 2005.

SWERTS, Leila Afonso. **Políticas de desenvolvimento, organização do território, e participação: quebradeiras de coco de babaçu na Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio.** 2009 167 f. (Dissertação em Geografia). Instituto de ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ZYLBERSZTAJN, D.; Marques, C. A. S.; Nassar, A. M.; Pinheiro, C. M.; Martinelli, D. P.; Adeodato S. Neto, J.; Marino, M. K.; Nunes, R. 2000. **Reorganização do agronegócio do babaçu no estado do Maranhão.** *Relatório técnico.* Grupo Pensa-USP, São Paulo. 120p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abastecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 64, 71, 76, 78, 79

Água 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 22, 27, 56, 64, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 85, 105, 106, 107, 108, 112, 126, 168, 172, 180

Análise 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 28, 29, 30, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 58, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 72, 73, 79, 102, 131, 136, 148, 151, 152, 155, 164, 165, 170, 172, 174

Anos 3, 4, 9, 10, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 57, 60, 62, 74, 78, 81, 82, 85, 86, 90, 96, 110, 122, 123, 125, 134, 159, 161, 179, 183

Avaliação 11, 20, 21, 22

C

Cidadania 84, 154

Cidade 2, 47, 70, 72, 86, 97, 99, 102, 114, 121, 128, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 172, 173

Comunidades tradicionais 50, 51, 52, 53, 57, 58, 80, 84, 86

Conflito 55, 146

Conhecimento 1, 7, 28, 39, 50, 65, 66, 67, 73, 85, 108, 119, 132, 178

Contexto 21, 24, 36, 51, 53, 54, 61, 62, 64, 66, 67, 73, 81, 82, 84, 136, 140, 146, 152, 156, 157, 163

Cultura 23, 51, 52, 53, 57, 58, 59, 61, 84, 92, 102, 103, 120, 131, 134

D

Desenvolvimento 14, 15, 22, 28, 29, 30, 35, 60, 61, 63, 64, 71, 77, 81, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 102, 111, 115, 116, 121, 136, 141, 145, 158, 163, 164, 184

Desenvolvimento regional 102

Diversidade 25, 49, 61, 80, 82, 111

E

Educação ambiental 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 101

Escola 12, 60, 62, 64, 66, 67, 100, 183

Espaço 36, 43, 44, 47, 48, 52, 62, 64, 65, 70, 72, 73, 76, 92, 117, 118, 119, 130, 135, 136, 137, 140, 141, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 163

Espaço geográfico 36, 73, 135, 136, 140

Estudo 1, 11, 12, 14, 21, 22, 28, 35, 37, 38, 39, 41, 48, 52, 54, 55, 62, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 79, 82, 91, 97, 100, 121, 123, 124, 141, 152, 158, 159, 161, 165, 166,

167, 172, 173, 175, 176, 177, 183

F

Fonte 3, 4, 6, 8, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 63, 64, 65, 67, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 81, 83, 85, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 103, 107, 108, 112, 114, 118, 120, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 139, 143, 144, 161

G

Geografia 11, 13, 20, 21, 28, 35, 36, 37, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 82, 87, 88, 135, 146, 148, 156, 173, 184

H

Humano 60, 61, 66, 70, 94, 150

L

Lugar 29, 50, 55, 57, 118, 132, 136, 138, 141, 142, 151, 156, 160, 161

M

Metodologia 11, 15, 27, 39, 56, 72, 79, 91, 100, 102, 166

Movimento 54, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 150

Mulheres 70, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Município 2, 3, 4, 7, 8, 9, 11, 24, 38, 39, 44, 47, 62, 67, 68, 79, 85, 89, 91, 97, 98, 99, 103, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 160, 168, 169

N

Natureza 35, 52, 60, 61, 62, 66, 68, 74, 77, 92, 111, 112, 115, 116, 135, 140, 146

Necessidade 7, 60, 63, 66, 67, 92, 99, 119, 120, 131, 137, 148

O

Ocupação 52, 69, 70, 72, 75, 76, 78, 122, 125, 126, 129, 131, 133, 134, 168, 174

Organização 58, 63, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 95, 104, 120, 136, 140

P

Paisagem 36, 50, 55, 56, 57, 58, 78, 81, 93, 94, 115, 134, 151

Participação 9, 53, 57, 77, 88, 90, 94, 95, 152, 153

Patrimônio 58, 122, 124, 125, 129, 131, 132, 133

Pesquisa 11, 14, 36, 39, 50, 51, 53, 54, 57, 58, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 72, 79, 82, 87, 91, 96, 97, 100, 101, 102, 122, 123, 124, 126, 129, 131, 136, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 164, 173, 184

Problema 14, 56, 72, 75, 76, 96, 111, 162

R

Relações 28, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 87, 135, 140, 141, 145, 146, 151, 153

Resíduos 64, 68, 76, 77, 78, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 108, 113, 117, 120

Rodovia 63, 133, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155

S

Saneamento básico 1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 70

Social 2, 6, 50, 52, 55, 57, 59, 61, 66, 69, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 92, 96, 108, 120, 129, 136, 137, 149, 150, 153, 154, 157, 158, 159, 163, 164

Sociedade 52, 56, 57, 66, 85, 90, 91, 94, 95, 125, 136, 145, 146, 150, 151, 152, 153

Sustentável 64, 66, 69, 71, 72, 73, 84, 89, 90, 91, 92, 94, 111, 115, 120, 132, 158, 159, 164

T

Tecnologia 11, 60, 63, 121

Terra 51, 52, 56, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 78, 81, 82, 85, 87, 125, 146, 156, 175, 176, 177

Territorial 52, 55, 56, 58, 71, 72, 77, 78, 79, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 150, 158, 159, 184

Território 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 69, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 123, 126, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 146, 147, 158, 159, 179, 184

Trabalho 9, 13, 14, 15, 21, 22, 28, 35, 37, 39, 40, 41, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 57, 60, 62, 64, 65, 67, 71, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 91, 102, 103, 106, 107, 111, 112, 114, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 135, 143, 144, 148, 150, 167, 177, 178, 180, 182, 183

U

Umidade 15, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 39, 49, 114, 162, 172

Urbano 70, 71, 72, 77, 92, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 163, 164, 165, 166, 168, 172, 173

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br